

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 172 – 09/11 à 13/11/2020

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*

Destaque da Semana

[Comissão aprova nova data para entrada em vigor de normas regulamentadoras](#)

Ministério da Economia - 09/11/2020

Formada por representantes dos empregados, empregadores e governo federal, a Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) aprovou por consenso na sexta-feira (6) a prorrogação da entrada em vigor de quatro normas regulamentadoras, que será efetivada após publicação de ato normativo. Entram em vigor em 1º de agosto de 2021 as normas regulamentadoras 1, de disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais; 7, que trata do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO); 9, de avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos; e 18, de condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[STF julgará diferença de correção monetária em saldos do FGTS referente ao Plano Collor II](#)

Supremo Tribunal Federal - 10/11/2020

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai decidir se há direito adquirido à diferença de correção monetária dos saldos das contas vinculadas ao FGTS referente ao Plano Collor II, de fevereiro de 1991. Por unanimidade, o Tribunal reconheceu a existência de repercussão geral ([Tema 1112](#)) no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1288550, em que a matéria é questionada.

[Trabalhador que alegava risco potencial de trabalho com amianto não consegue afastar prescrição](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/11/2020

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de um empregado da Saint-Gobain do Brasil Produtos Industriais e para Construção Ltda., de Capivari (SP), contra decisão que declarou prescrita sua pretensão ao recebimento de indenização em razão do trabalho com amianto. A pretensão do empregado se amparou apenas no risco de desenvolvimento de doenças decorrentes da exposição, sem a constatação de qualquer patologia relacionada ao trabalho.

[Portador de cardiopatia grave comprova dispensa discriminatória com direito a reparação](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/11/2020

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Yamaha Motor Componentes da Amazônia Ltda. ao pagamento de R\$ 20 mil de indenização a um empregado portador de cardiopatia grave. Para a Turma, ficou evidente que a empresa tinha conhecimento da gravidade da doença, condição imprescindível para o reconhecimento da dispensa discriminatória.

[Operador que extrapolava jornada e tinha intervalo reduzido receberá horas extras](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/11/2020

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a WEG Equipamentos Elétricos S.A. a pagar a um operador de empilhadeira uma hora extraordinária por dia de trabalho, em razão da redução ilegal do intervalo intrajornada para descanso e alimentação. A diminuição para 30 minutos tinha autorização do extinto Ministério do Trabalho (atual Secretaria Especial de Previdência e Trabalho), mas, nessa circunstância, não pode haver extensão da jornada. Segundo os ministros, a existência de acordo de compensação de jornada presume horário extraordinário e é incompatível com a redução do período de descanso.

[TST vai decidir requisitos para a interposição de agravos de instrumento](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/11/2020

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho decidiu remeter ao Tribunal Pleno a discussão sobre a necessidade de renovação, nos agravos de instrumento, das alegações concernentes aos pressupostos de cabimento do recurso de revista, previstos no artigo 896 da CLT (violação e divergência jurisprudencial), quando a decisão denegatória do recurso de revista se fundamenta em um óbice processual - no caso, a incidência da Súmula 126 do TST, que veda o reexame de fatos e provas.

[Empregadores conseguem o direito de ouvir depoimento de empregados que ajuizaram ação](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/11/2020

Em duas decisões recentes, a Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho anulou sentenças em que o juízo de primeiro grau havia rejeitado pedidos de empregadores para que os empregados que ajuizaram as ações fossem ouvidos no processo. Segundo o colegiado, a empresa tem o direito constitucional de obter a confissão do empregado.



Notícias do Executivo

[Promulgação da Nova Previdência completa um ano](#)

Ministério da Economia - 12/11/2020

A promulgação da Nova Previdência completa um ano nesta quinta-feira, 12 de novembro. A reforma do sistema previdenciário aprovada pelo Congresso Nacional trouxe uma série de modificações na previdência brasileira. Foram instituídas novas idades de aposentadoria, novo tempo mínimo de contribuição, regras de transição para quem já é segurado, entre outras mudanças. A Emenda Constitucional (EC) nº 103, de 12 de novembro de 2019, representou avanço significativo para o Brasil, com ganhos expressivos em termos de adequação do sistema previdenciário brasileiro aos paradigmas internacionais e de sustentabilidade financeira e atuarial.

[Atendimentos de perícia médica com uso da telemedicina começam em 16 de novembro](#)

Ministério da Economia - 09/11/2020

Os atendimentos da experiência piloto de realização de Perícias Médicas com Uso da Telemedicina (Pmut) ocorrerão no período de 16 de novembro de 2020 a 31 de janeiro de 2021. O protocolo da experiência piloto foi aperfeiçoado para dar segurança ao ato pericial dos peritos médicos federais, que ficam autorizados a realizar os procedimentos usando telemedicina, durante o período de enfrentamento da pandemia da Covid-19, dando cumprimento à decisão do Tribunal de Contas da União (TCU).

[Leiautes do eSocial no formato HTML: simplificação também na visualização](#)

eSocial - 11/11/2020

Além de simplificar os leiautes, reduzindo campos e otimizando o uso de dados, o eSocial também apresenta uma nova visualização dessa documentação no formato HTML. Esse formato permite - através de links - uma navegação limpa, integrando todos os campos,

regras e tabelas. Ficou muito mais fácil entender os dados técnicos do sistema, o que auxilia os empregadores na identificação de possíveis recusas na transmissão de eventos que estão em desacordo com os leiautes. Os leiautes podem ser acessados pela área de [Documentação Técnica](#) ou diretamente pelo [link](#).

[Publicada versão final do leiaute do eSocial Simplificado \(S-1.0\)](#)

eSocial - 11/11/2020

Conforme divulgado no dia 23/10/2020, foi publicada hoje a [Portaria Conjunta SEPRT/RFB nº 82](#), que aprova o novo leiaute final do eSocial Simplificado, versão S-1.0. O desenvolvimento do eSocial Simplificado estava previsto na Lei nº 13.874/19 e entrará em operação a partir do dia 10/05/2021, dando prazo para as empresas se adaptarem às mudanças. Houve redução em mais de 30% do número de campos dos leiautes do eSocial, o que inclui a simplificação de vários eventos e a exclusão total de 12 eventos transmitidos/a transmitir pelas empresas. Mas a maior alteração ocorreu nas regras do sistema, que foram reduzidas e simplificadas, retirando o engessamento anterior que existia no envio e validação de eventos.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT alerta para prevenção do câncer de próstata, doença que deve vitimar 65 mil brasileiros este ano](#)

Ministério Público do Trabalho - 10/11/2020

“Prevenir é cuidar”. Este é o slogan da campanha que o Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT-PB) lançou, no mês passado, no Outubro Rosa (prevenção ao câncer de mama) e, neste mês, em alusão ao Novembro Azul – movimento nacional de prevenção do câncer de próstata. Este é o segundo tipo de tumor mais comum entre os homens no Brasil e que afasta milhares de trabalhadores, todos os anos, do trabalho. A estimativa para este ano é que 65,8 mil homens, no País, devem ser diagnosticados com a doença, segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca).

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Estudo do Cesit mostra redução de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mesmo antes da pandemia](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 12/11/2020

O Núcleo de Pesquisas sobre Mercado de Trabalho e Pessoas com Deficiência do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – Cesit da Universidade de Campinas – Unicamp publicou o seu primeiro [Boletim Informativo](#) sobre o comportamento do emprego formal referente às pessoas com deficiência. A participação desses trabalhadores continua sendo minoritária, atingindo cerca de 1,1% do estoque total de empregos no País, em 2019, apesar da obrigatoriedade da contratação dessas pessoas pelas empresas com 100 ou mais funcionários, conforme legislação específica – Lei nº 8.213/1991, Decreto nº 3.298/1999 e Decreto nº 5.296/2004.

[SINAIT reitera pedido de criação de Comissão dentro da Conatrae para tratar de concurso para Auditor-Fiscal do Trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 12/11/2020

A falta de Auditores-Fiscais impacta negativamente no combate ao trabalho escravo e nas demais demandas da Fiscalização. A carreira da Auditoria-Fiscal do Trabalho tem 3.644 cargos criados por lei. Atualmente, cerca de 2.050 Auditores-Fiscais do Trabalho estão na ativa, atuando nas 27 unidades da Federação e na sede do Ministério da Economia, em Brasília. Em média, todos os anos, aposentam-se 130 Auditores. O déficit é de quase 1.600 Auditores-Fiscais do Trabalho, o maior dos últimos 25 anos. As vagas existem, mas o governo não realiza concurso.

Outras Notícias

[Incapacidade parcial e temporária não dá direito a benefício do INSS, diz TJ-SP](#)

Consultor Jurídico - 13/11/2020

Atestado pela perícia médica, de forma cabal e taxativa, que as sequelas implicam déficit funcional de caráter parcial e temporário (ou seja, não se trata de incapacidade total e temporária, nem parcial e permanente, nem total e permanente), não há que se pensar em indenização do INSS.

[Não incide IR sobre ajuda compensatória para empregado com contrato suspenso](#)

Consultor Jurídico - 13/11/2020

Não há incidência de Imposto de Renda (IR) sobre a ajuda compensatória mensal paga pelo empregador ao empregado em caso de suspensão do contrato de trabalho (lay-off). Esse entendimento foi utilizado pela 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça para manter uma decisão tomada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) sobre o tema.

[“Conservadores progressistas”: três anos de reforma trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 10/11/2020

Desde o advento da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) a doutrina aponta que vivemos uma nova era no Direito do Trabalho. Para além do discurso ideológico, que supostamente separa “progressistas” e “conservadores” na área trabalhista, o fato é que as mudanças promovidas pela Reforma completam três anos de vigência no próximo dia 11 de novembro.

[Barroso pede vista e julgamento de ADO sobre licença-paternidade é suspenso](#)

Consultor Jurídico - 10/11/2020

O julgamento de ação ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde sobre a regulamentação da licença-paternidade está suspenso após pedido de vista do ministro Luís Roberto Barroso. Na ação, a entidade alega omissão do Congresso Nacional em regular a matéria, prevista pela Constituição e que até o momento não teve fixação definida por lei. A entidade também argumenta que não existe distinção entre pai e mãe quanto à legitimidade parental e que a falta de regras claras sobre a licença-paternidade negligencia o direito do genitor.



Atos Normativos

[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 883, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020](#) (DOU de 09/11/2020 Seção I Pág. 16) - Recomenda ao Ministério da Economia que analise alternativas para o reequilíbrio do uso dos recursos do Fundo com maior ênfase no financiamento de políticas ativas de trabalho e emprego;

[PORTARIA SEPRT Nº 23.231, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020](#) (DOU de 10/11/2020 Seção I Pág. 16) - Estabelece, para o mês de novembro de 2020, a atualização monetária dos salários-de-contribuição para a apuração do salário-de-benefício, de que trata o art. 33 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e a atualização monetária das parcelas relativas aos benefícios pagos com atraso, de que trata o art. 175 do referido Regulamento, no mês de novembro de 2020, será efetuada mediante a aplicação do índice de 1,008900;

[PORTARIA CONJUNTA Nº 82, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2020](#) (DOU de 11/11/2020 Seção I Pág. 06) - Aprova a versão S-1.0 do leiaute e do Manual de Orientação do Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial). (Processo nº 19964.112971/2020-93);

[CIRCULAR CEF Nº 930, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020](#) (DOU de 12/11/2020 Seção I Pág. 40) - Divulga versão atualizada dos Manuais de Fomento do Agente Operador do FGTS.

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula